

RUP TURA



O POVO É QUEM MAIS ORDENA

Rua!



Comemorar ou lutar?

O Dia Internacional da Mulher, a 8 de Março, pode ser comemorado como um marco da luta das mulheres contra a opressão e a exploração. Com a crise e as medidas de austeridade, essa luta tornou-se uma questão de sobrevivência.

PÁG. 2 e 3

Saúde pública em risco

O maior hospital do país está a ficar doente devido à política do governo. No Santa Maria há pacientes instalados em macas e sem acesso a tratamentos porque já não existem medicamentos na farmácia; uma TAC pode demorar 3 meses e atrasar o diagnóstico.

PÁG. 5

Sindicalismo alternativo

Sindicalistas de vários países (França, Espanha, Portugal, Brasil e Marrocos, entre outros) estarão reunidos em Paris, de 22 a 24 de março, para discutir formas unitárias de luta contra a crise e a construção de uma rede sindical alternativa.

PÁG. 8

Pelo direito ao trabalho

Clarinda Pinto, com outros colegas do IFP de Mazagão, participou da manifestação da CGTP em Braga, a 16 de fevereiro, para protestar contra o concurso de professores organizado pelo governo que ameaça lançar no desemprego milhares de formadores.

PÁG. 9



Intensificar a luta pela demissão do governo

Na última quinzena de fevereiro os movimentos sociais mostraram como o governo já perdeu a maioria dos sectores que antes eram a sua base de apoio. Por todo o país, os diversos ministros são confrontados por grupos de manifestantes aquando das suas aparições públicas e, se exceptuarmos a segurança policial, já não têm quem os defenda.

As imagens televisivas do episódio do ministro Relvas em fuga desesperada pelos corredores do ISCTE (Lisboa), após um grupo de estudantes se ter manifestado contra o seu discurso em sessão organizada pela TVI, são um bom exemplo da situação que hoje obriga o governo e o presidente a esconderem-se.

A maior austeridade que neste início de 2013 se está a abater sobre os trabalhadores e o povo, o cada vez maior número de desempregados e pobres, a situação económica que se agrava todos os dias causam um cada vez maior repúdio e raiva contra o governo, e contra a sua política. Continua a fazer falta que esse repúdio e raiva se transformem em acção. As grandes manifestações que se têm realizado, incluindo a deste 2 de Março, podem ser um arranque de um processo de luta mais intenso e necessário para terminar com este governo PSD/CDS, com a política e ocupação da troika e com a venda do país ao estrangeiro.

A entrega do dinheiro público para pagar uma dívida que não é nossa, e que só em juros vai roubar ao salário (anual) dos trabalhadores portugueses uma média de 1000 € (já em 2013 e também em 2014), coloca a necessidade imediata de suspender o pagamento da dívida e dos seus juros agiotas e efectuando uma auditoria independente.

Esta dívida foi construída em benefício dos bancos e das grandes multinacionais (transportes, telecomunicações, armamento, construção e distribuição comercial), é uma dívida que inclui as milionárias verbas que foram canalizadas pela corrupção e pelos compadrios do regime “democrático”, é uma dívida que foi engrossando também para pagar os privilégios dos políticos (governos, parlamentos, presidentes e vereadores de câmaras, administrações de empresas públicas, etc.) e os favores entre políticos/banqueiros/empresas que depois colocam antigos ministros nas administrações das multinacionais (Ferreira do Amaral, Jorge Coelho, Mira Amaral, Pina Moura, e muitos outros).

O endividamento do país foi e é uma política desta União Europeia que só favorece o capital e a fúria de tornar “privados” todos os sectores que podem ser lucrativos e que são (ou foram) bens públicos e uma possibilidade de sustentação do chamado “estado social”. Nesta situação de crise económica, à agressão dos governantes da UE, de Merkel e dos seus capatazes no governo Passos/Portas para destruir todas as conquistas sociais, a Segurança Social e as pensões de reforma, o SNS e a Escola Pública, devemos responder com a exigência de devolução ao sector público de todos os sectores estratégicos da economia (banca, energia, transportes, telecomunicações), bem como a extinção das PPP’s que nos sugam o dinheiro.

Recuperando o dinheiro agora a ser roubado pela “dívida” e pelas PPP’s, poderia responder-se às situações de emergência social (desemprego, pobreza, reformados e pensões mínimas), investir-se na criação de empregos e empresas públicas no sector produtivo, pescas e agricultura, poderia reforçar-se os serviços públicos de saúde e ensino, encontrando assim uma saída em prol dos trabalhadores e do povo. Para que estas medidas sejam possíveis é necessário intensificar a luta popular e construir uma alternativa que aplique este programa que enfrenta a UE e a troika. Este é o caminho necessário, e o Movimento Alternativa Socialista - MAS apela aos activistas dos movimentos sociais e sindical para que juntemos força nesta luta.

ENTREVISTA

Mulher, mãe e trabalhadora precária



Para a edição em que se comemora o Dia da Mulher Trabalhadora, o 8 de Março, o jornal *Ruptura* entrevistou Neuza, de 28 anos, operadora de *call-center*, com contrato temporário renovável semanalmente até um prazo máximo de dois anos, e mãe de duas filhas, uma de 7 anos e outra de 6 meses.

Como é ser mãe, trabalhadora e precária?

A situação legal enquanto mãe continua exatamente a mesma. Por exemplo, para a amamentação e aleitamento a lei dá 2 horas por dia. Enquanto estava efetiva no meu anterior trabalho, no meu contrato coletivo de trabalho só me davam uma hora para aleitação e obrigavam-me a apresentar comprovativos médicos, o que ia completamente contra a lei geral do trabalho. Além disso, impediram-me de gozar as horas durante algum tempo e fiz queixa na ACT. Mesmo assim, a resposta da ACT foi que os meus patrões tinham razão porque é “consoante lei aplicável”, ou seja, tem prioridade o que está no meu contrato e não a lei geral. Depois foram-me pagas como horas extras, mas nada paga o tempo que eu não tive com a minha filha. Atualmente, as horas de aleitação estão a ser-me dadas, mas não as estão a pagar corretamente no meu salário base.

Além dessa questão, que outros problemas encontras?

O outro grande problema são as faltas dadas por cuidados imprescindíveis e inadiáveis a menores de 12 anos. Segundo o artigo que rege essa situação, tens direito a que esses dias te sejam pagos, mas na verdade não são. Não eram na minha antiga empresa e não são na atual, mesmo apresentando a justificação do médico.

O facto de ser mãe influenciou o seu despedimento?

Sim, porque eles alegaram que eu tinha mais que 10 faltas injustificadas. Aleguei despedimento ilícito e, mesmo assim, avançaram e despediram-me em 2011 com faltas relativas a 2010. Lá está! Eles preferem pagar indemnizações e meterem-te na rua do que terem uma mulher mãe a trabalhar, porque a mulher mãe dá despesa na medida em que apresentas baixa quando tens de apresentar.

No teu atual trabalho pudeste gozar a licença de maternidade?

Gozei licença maternidade e voltei para o mesmo posto de trabalho e o mesmo salário. No entanto, notei muita diferença entre a licença de maternidade que gozei na primeira vez e agora, que foi um terço da primeira, devido à alteração do cálculo e também porque tenho um salário mais baixo.

E como é a situação em termos de creches e infantários?

O berçário e o pré-escolar [públicos] têm uma lista de espera de dois anos. No privado pagas no mínimo entre 200€ e 300€ e tens que levar tudo (comida, lençóis, fraldas, etc.). Por isso, tenho colegas que trabalham quase só para pagar a creche. Além disso, os infantários da Segurança Social passaram para a Santa Casa, que fechou parte deles, quando já havia poucos. E nas IPSS, como pagas

consoante o rendimento, preferem dar as vagas a quem tem mais rendimentos para ganharem mais. Eu, se não me tivesse mexido para fazer valer os meus direitos, ainda teria até hoje a minha filha numa escola longe, porque a IPSS perto da minha casa não a queria aceitar.

Quais são as principais consequências da austeridade para uma mãe trabalhadora?

A subida dos preços e a instabilidade no trabalho. Uma criança é um gasto extra enorme porque gastas mais gás para o biberão, luz para a máquina de lavar roupa que nunca para, são as fraldas, as toalhetas, os medicamentos quando estão doentes. Cortaram em tudo. Hoje compro tudo em segunda mão, pois os artigos para bebés são muito caros. Não há sequer dinheiro para o passe.

E o apoio à maternidade?

Não há nenhum apoio significativo à maternidade, ao contrário de outros países da Europa como a Alemanha ou a Inglaterra. Produtos como as fraldas até deixaram de poder entrar para o IRS. Os abonos de família são muito pequenos e, devido ao aumento dos preços e baixos salários, aquilo que poderia ser diretamente para as minhas filhas tem de ir para os gastos gerais da família. Além disso, há cada vez menos apoio à prevenção da gravidez, porque os centros de saúde levaram cortes grandes e só têm pilulas e preservativos irregularmente e cada vez menos.

A instabilidade é também um dos grandes problemas...

Os salários estão cada vez mais baixos, e o que tu pensas é: se ficas desempregado como garantes tudo? E nos empregos fazem uma pressão psicológica enorme para, se não forem eles a despedir-te, sejas tu por não aguentares mais. É um facto que as mulheres recebem menos. Além disso, não sobem de posto por serem mulheres. Não te valorizam como trabalhadora, como mulher e nem como mãe. Nós, trabalhadoras, se não conhecemos os nossos direitos e lutamos por eles, não conseguimos nada!

RUPTURA

Órgão oficial do Movimento Alternativa Socialista (MAS) www.mas.org.pt
Seção da Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional (LIT-QI) www.litci.org
Lisboa: R. António Pereira Carrilho, nº 5, 2º
Amadora: R. Rainha D. Leonor, nº 15, lj.C
Coimbra: R. Fernandes Tomaz, nº 69
Braga: Alameda de Fajal, lj.39

Proprietário: Gil Garcia
Diretor: João Pascoal
Editora: Cristina Portella
Projecto Gráfico: Nádja Martins
Capa: Pedro Varela
Contato: jornal@mas.org
Nº ICS: 124814
Tiragem: 500 exemplares
Impressão: A Triunfadora Artes Gráficas Lda.
Rua D. Sancho I, 36-A, 2800-195 Almada

Colaboraram neste número:

Alexandrina Duarte, A. P. Amaral, C.K., D.N., Flor Neves, J. A. Dias, Joana Oliveira, João Lopes, Lina Pereira, Manuel Afonso, Manuel Neves, Nuno Santos, VascoSantos.

Que igualdade de género?

Neste dia simbólico para a luta das mulheres pelos seus direitos e pela construção de uma sociedade mais justa, temos algumas reflexões a fazer.

A Europa vive uma crise financeira e económica que a burguesia quer resolver através de medidas de austeridade que retiram direitos aos trabalhadores, em particular às mulheres, e enfraquecem as políticas de igualdade de género.

O impacto desta crise nas questões de género e nos seus efeitos na qualificação e na evolução dos direitos das mulheres será um estudo continuado. Segundo a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), os dados estatísticos nacionais e internacionais demonstram que persistem discriminações e desigualdades entre homens e mulheres. Em alguns aspetos, essa desigualdade aumentou em consequência da crise.

Em Portugal, há uma elevada diferença salarial de género, à semelhança do que se passa nos restantes países da União Europeia. No nosso país, essa diferença situa-se atualmente na ordem dos 17,8%, sendo que essa desigualdade se acentua no caso de trabalhadores qualificados. Isso apesar de existir uma maior taxa de mulheres com nível de escolaridade superior - em cada 100 licenciados 59 são mu-

lheres e 41 são homens, segundo dados da Comissão para a Igualdade de Género. No discurso do poder, a igualdade entre homens e mulheres no acesso ao mercado de trabalho aparece como um valor adquirido. Mas é só no discurso.

Mais velhas, mais pobres

As contradições não se ficam por aqui. De acordo com o último Inquérito Social Europeu (2010), existe um aumento brusco do “modelo de ganha-pão feminino”. Nos últimos 8 anos, a percentagem de casais em que a mulher assume o sustento da família subiu de 2% para 16,5%. Segundo Sofia Aboim, a socióloga que acompanha o estudo, é uma mudança imposta pela crise, a afetar sobretudo os casais mais velhos (em torno de 64 anos).

O estudo de 2012 da Caritas Europeia, feito com dados do Eurostat, aponta ainda para um crescimento da taxa de pobreza em mulheres mais velhas, 21,4%, contra a taxa de 18% em homens mais velhos. Da mesma forma, essas mulheres estão mais sujeitas a sofrerem privação material grave (10,8%) em comparação com os homens (7,9%).



Natalidade: queda de 20%

Os ataques dos governos Sócrates e Passos Coelho aos direitos dos trabalhadores tiveram especial impacto nas políticas sociais, com cortes nos abonos de família, desinvestimento em creches públicas e fecho de maternidades.

Essas políticas, combinadas com o aumento do desemprego e o rebaixamento salarial, fizeram aumentar a mortalidade infantil, por um lado, e decrescer drasticamente a taxa de natalidade. Passou-se de 2,5 óbitos por mil nados-vivos, em 2010, para 3,1 em 2011; mais 46 crianças morreram em 2011 antes de completarem um ano de idade do que no ano anterior. A diretora de Pediatria da Maternidade

Alfredo da Costa, Teresa Tomé, prevê para 2012 uma redução de 20% na taxa de natalidade, possivelmente a maior dos últimos 60 anos. Os jovens, quando não emigram, não têm condições de ter filhos.

O aumento da violência doméstica é outro subproduto da crise, agravado pelo facto de, em muitos casos, as mulheres não terem condições económicas - e ajudas do Estado - para abandonar a casa onde vivem com o agressor.

Merkel e Esteves

Não nos convencem os planos das quotas e paridades, nem nos parece que mulheres em posição de destaque, como Angela Merkel ou Assunção Esteves,

entre outras, sejam motivo de rezojo para as mulheres da classe trabalhadora. Pelo contrário, essas duas mulheres representam os interesses da grande burguesia, interessada em acabar com as conquistas das mulheres trabalhadoras.

As reivindicações das feministas burguesas são, em primeiro lugar, conseguir as mesmas vantagens, o mesmo poder e os mesmos direitos que os homens possuem nesta sociedade capitalista, ao passo que as mulheres trabalhadoras lutam, em nome de sua classe, pelos seus direitos e contra a desigualdade, para abolir todo o tipo de privilégio que derive do nascimento ou da acumulação de riqueza. **Lina Pereira**



Liliana Melo

Por que a ministra do CDS pode e Liliana Melo não?

A ministra da Agricultura, Assunção Cristas, está grávida do seu quarto filho e garantiu que pretende trabalhar a tempo inteiro até ao final da gestação. Infelizmente, a grande maioria das mulheres, principalmente as mulheres trabalhadoras, não podem dizer o mesmo porque não têm as mesmas regalias que a senhora ministra.

Sempre foi difícil educar um filho, principalmente nos dias de hoje, nos tempos de crise que vivemos e sentimos na pele. Para a grande maioria das mulheres, engravidar é complicadíssimo, quer pela situação de desemprego, quer pela situação de emprego precário, inseguro e mal remunerado. Todas nós gostaríamos de ter filhos sem preocupações, mas isso é um luxo só para algumas.

Recordemos o recente caso de Liliana Melo, de quem foram retirados sete dos dez filhos porque não teria condições económicas de os criar. O problema é que a única ajuda que a jovem

mãe, moradora de Sintra e de origem cabo-verdiana, recebia do Estado eram os 175 euros do abono de família. Por que razão, em vez de lhe retirar os filhos, o Estado não garantiu creche para as crianças e trabalho para Liliana os poder sustentar? Não, em vez disso, sugeriu que Liliana laqueasse as trompas e, diante da sua recusa, retirou-lhe os filhos para serem adotados, como se não tivessem pais.

A Liliana e a outras tantas mulheres são vetados os mais elementares direitos humanos, enquanto para Assunção Cristas e outras de sua classe é uma alegria esperar mais um filho sem preocupações. Mulheres como Assunção Cristas, e outras que ocupam cargos de chefia ou governação, contam com o trabalho de outras mulheres para dar suporte na organização da casa e no atendimento aos filhos e, assim, a sua dupla jornada de trabalho é muito reduzida, o que permite trabalhar até ao final da gestação; a outras mulheres

são feitas ameaças, são-lhes incutidas uma enorme pressão social, como trabalhar mais e mais, não acompanhar o crescimento dos filhos, pois o trabalho não permite, o pagamento de valores astronómicos em creches, etc. Direitos como creches, a jornada de oito horas de trabalho, o voto, o aborto ou o divórcio, foram fruto de mobilizações operárias. São direitos que este governo e a troika nos estão roubando. É preciso que nos mobilizemos novamente para garantir emprego digno e que saúde e educação sejam asseguradas pelo Estado.

Apesar de a opressão à mulher ser generalizada, os seus efeitos são distintos de acordo com a sua classe social. A nossa luta é para que todas as mulheres possam ter os direitos que Assunção Cristas e as mulheres da sua classe usufruem com exclusividade, às custas da exploração do conjunto da classe trabalhadora.

**Joana Oliveira
Alexandrina Duarte**

Fim dos privilégios dos políticos!

Sócrates escapou aos casos “Freeport” e “Face Oculta”, os “Submarinos” não tiram Portas do poder e sobre o curso de Relvas a Justiça nada faz.

No final da manifestação de 16 de fevereiro, convocada pela CGTP, uma pensionista entrevistada pela RTP perguntava: “Gostava que eles me explicassem se eles quando estão nos banquetes não se lembram daqueles que passam fome”. Já todos percebemos que “eles”, PSD, CDS e PS, governam para banqueiros e só obedecem a Bruxelas e Berlim. A frieza de Passos, Portas, Gaspar e os seus boys, que conseguem condenar milhões à miséria e dormir descansados, é revoltante. Não deixa de ser um mistério o porquê de, em tantos ministros, autarcas, juizes ou deputados não encontrarmos nenhum que passe as dificuldades que sofre o povo e que, por isso, queira resolvê-las “custe a quem custar”. Percebemos que Ulrich e os seus amigos banqueiros queiram ver o povo passar fome para encher o seu cofre, mas porque é que as instituições “democráticas” e os políticos eleitos servem sempre os de cima e nunca quem os elege?

A democracia dos privilégios
Apesar da Revolução de Abril, o povo não é quem mais ordena. A democracia que temos serve os interesses dos bancos e das grandes empresas. Para que não cedam

às pressões dos “de baixo”, os políticos são “comprados” com privilégios, que fazem dos governos corruptos e das oposições coniventes. Recentemente, o DN noticiou que nos últimos 10 anos o estado gastou 80 milhões em pensões de políticos, números que sobem de ano para ano.

São antigos deputados, ministros ou autarcas que se reformam antecipadamente com reformas douradas, a que, muitas vezes, somam salários ou pensões do privado. Diz ainda o DN que o “Estado gastou mais 3,5 milhões com 383 deputados do que com os 22 311 pensionistas que ganham até 217 euros”.

Os autarcas dinossauros
Estes políticos não visam servir a sociedade mas servir-se a si mesmos. Por isso, tentam sempre perpetuar o seu poder. Exemplo disso é o caso da famosa “limitação de mandatos”. A partir das próximas eleições autárquicas, pela primeira vez, os autarcas que acumulam três mandatos seguidos não se poderiam recandidatar. Mas claro que os dinossauros que há décadas servem os negócios dos seus amigos empresários e enriqueceram por mandar nas Câmaras Municipais não querem descer

do poleiro: vários presidentes de Câmara decidiram candidatar-se à “autarquia do lado”, para se manterem no comando, como é o caso de Fernando Seara do PSD, que passa de Sintra para Lisboa.

Perante este escândalo o PS diz que não apoia os candidatos à Câmara que procedam assim, embora o permita nas Freguesias. O CDS é contra este abuso em algumas cidades, mas fecha os olhos noutras. E o PCP vai fazer uso do mesmo truque para tentar manter os seus autarcas no poleiro.

De banqueiros a políticos
Estes abusos e outros só são possíveis porque os políticos estão acima da lei. Sócrates escapou aos casos “Freeport” e “Face Oculta”, os “Submarinos” não tiram Portas do poder e sobre o curso de Relvas a Justiça nada faz. O exemplo mais recente é o de Franquelim Alves, antigo banqueiro administrador do BPN que durante meses conviveu com o crime organizado e os balanços falsificados deste banco sem que avisasse a Justiça ou o Banco de Portugal, sendo cúmplice de um buraco que vai custar mais de 7 mil milhões aos trabalhadores. Isso não impediu, muito pelo contrário, que fosse recentemente nomeado secretário de Estado de Passos Coelho. Banqueiros e políticos vivem num mundo de privilégios e impunidade e isso garante que se servem a si e aos seus.

Fim dos privilégios dos Políticos!
Para combater esta falsa democracia não podemos viver dela. Por isso, o MAS rejeitará pensões milionárias, os seus eleitos receberão o mesmo que um trabalhador normal e rejeitaremos o financiamento estatal. Dependemos apenas dos nossos militantes e apoiantes. E vemos com bons olhos o ódio que o povo tem à democracia dos privilégios e aos seus políticos. Por isso, lançamos uma grande campanha contra estes abusos. Da mesma forma que em 74 caiu a ditadura de Marcelo Caetano, hoje faz falta um novo 25 de Abril para acabar com este regime de abuso e corrupção!
Manuel Afonso

Standard & Poor’s na barra do tribunal

A agência de rating Standard & Poor’s (S&P) está envolvida num processo judicial aberto pela administração norte-americana, que reclama uma indemnização de 5 milhões de dólares (3,7 mil milhões de euros). A agência é acusada de ter praticado fraude em larga escala junto dos investidores e de ter tido um papel decisivo na crise financeira que eclodiu em 2008. Mais concretamente, a S&P terá inflacionado os ratings atribuídos aos chamados produtos tóxicos (derivados financeiros que tinham por base uma hipoteca) e negligenciado os riscos associados a estes produtos. Quando os preços do imobiliário começaram a cair, esta combinação de análises terá contribuído para que o negócio do subprime ruísse. O procurador-geral da Justiça, Eric Holder alega uma “conduta escandalosa”, mas não esclarece se outras agências como a Fitch e a Moody’s serão alvo de processos semelhantes. A S&P negou já as acusações, restando agora saber se se fará de facto justiça, já que, sempre que o governo americano decide atacar algum interesse do grande capital, este reage ameaçando provocar o agravamento das crises económicas através de manobras de especulação financeira.



Lincoln em debate

O mais recente filme de Spielberg dedicado ao período da presidência de Lincoln (1861-1865) tem levado a acesos debates sobre a sua figura e sobre os temas da escravatura e guerra civil americana. Para os críticos do mainstream, o filme coloca em evidência o consenso entre democratas e republicanos no sentido de aprovar a 13ª emenda constitucional, que pretendeu abolir a escravatura e a servidão, numa tentativa de mostrar as virtudes do sistema político norte-americano. No entanto, uma análise mais atenta leva-nos a ver o presidente Lincoln como alguém que recusou todos os compromissos com adversários e aliados, mantendo firme a sua intenção de fazer aprovar a emenda a qualquer custo. Também se tem que ter em conta o desenvolvimento do processo histórico da guerra civil, da luta dos negros contra a escravatura e dos movimentos abolicionistas, que terão influenciado o próprio pensamento de Lincoln, inicialmente um político moderado que se viria a tornar um símbolo da luta pelos direitos civis e pela liberdade. Ainda que não aborde as questões em torno dos movimentos que lutaram contra a escravatura ao longo de décadas, o filme centra-se na ideia de que a única questão politicamente relevante da guerra civil é a escravatura. Embora num segundo plano, também é reconhecido o papel dos combatentes negros ao serviço do exército da União, lutando ao lado dos brancos abolicionistas, em prol do objetivo revolucionário da abolição da escravatura.

Os aspetos referidos são altamente positivos no filme, pois é historicamente reconhecido o papel de Lincoln como tendo sido decisivo para a aprovação da emenda e que este objetivo foi conseguido com o sacrifício da sua própria vida, ao ser assassinado. Os aspetos abordados no filme que se prendem com as jogadas políticas em torno da corrupção, troca de favores e tráfico de influências, apesar de terem pesado na altura da votação da emenda na Câmara dos Representantes, podem neste contexto ser considerados menos relevantes no filme.

Nuno Santos

MAS.ORG.PT

FIM

DOS PRIVILÉGIOS DOS POLÍTICOS

MAS

movimento alternativa socialista

FAZ FALTA UM NOVO 25 DE ABRIL

É preciso uma maré branca em Portugal

Se em Espanha a maré branca enche as ruas e se mantém firme é porque a população também faz parte da onda. É tempo de unidade por uma saúde de todos.

Nos dias que correm, a atual crise financeira faz-se sentir nos mais variados setores, entre eles no da saúde. Vários hospitais, teoricamente públicos, nomeadamente o Hospital Santa Maria, refletem no seu dia-a-dia sinais de precariedade que passam pela deterioração de parte das suas instalações físicas, pela sobrecarga laboral dos seus funcionários e, até mesmo, pela limitação de recursos materiais necessários ao normal funcionamento dos serviços (desde compressas, campos de esterilização, determinados medicamentos, até simples folhas de papel brancas). Todos estes fatores trazem importantes limitações ao exercício da atividade clínica, com evidente compromisso da qualidade dos cuidados de saúde prestados.

A não contratação de novos profissionais de saúde, tem feito recair sobre os seus funcionários uma carga laboral excessiva. Em linha com o espírito nacional atual de fazer “mais por menos”, muitos médicos ultrapassam a carga horária semanal estabelecida no seu contrato, chegando a trabalhar recorrentemente mais de 24h seguidas, sem que lhes seja dada a possibilidade de usufruir do devido período de descanso compensatório. Muitas vezes estão sujeitos à sobreposição de tarefas, nomeadamente ao atendimento na consulta externa, ao serviço de urgência, ao desempenho da atividade clínica no serviço de internamento ou consultoria por telefone a outras especialidades, o que contribui para uma prestação incompleta de serviços.

Esta realidade deve-se à falta de recursos humanos disponíveis para assegurar uma vasta atividade



assistencial, associada a pressões exercidas pelas chefias do serviço onde trabalham a fim de serem atingidos os níveis de produtividade esperados. Há assim uma desproporção entre quantidade de horas de trabalho e a remuneração dos médicos e outros profissionais de saúde.

Desde o aumento das taxas moderadoras constatou-se uma diminuição da afluência de doentes ao serviço de urgência. Ainda assim muitas equipas médicas operam com um número insuficiente de técnicos de saúde, o que resulta na perpetuação das intermináveis horas de espera. Como agravante, há a registar ainda que algumas especialidades médicas não têm atividade de urgência no período noturno, o que obriga muitos do-

entes a pernoitar na sala de espera até à manhã seguinte, com desconforto acrescido para esta população fragilizada.

O sofrimento dos doentes

Todo este delapidar do Serviço Nacional de Saúde (SNS) acaba por fazer sofrer os doentes em Santa Maria, sobretudo os mais pobres. O aumento de espera das consultas e cirurgias, a falta de medicamentos e o atraso em exames complementares de diagnóstico, protelam diagnósticos e tratamentos fazendo com que os doentes sejam cada vez menos bem tratados e mais tardiamente.

Isto significa pagar com o corpo, ou seja, sofrer mais tempo os efeitos das doenças, o que é desumano

e indesculpável.

Dadas as condições precárias de alguns serviços de internamento e a desproporção entre camas disponíveis e número de doentes internados encontram-se vários doentes (predomínio das faixas etárias mais elevadas) distribuídos em macas pelos corredores onde lhes são prestados cuidados de saúde sem as menores condições de privacidade.

No Hospital de Santa Maria torna-se cada vez mais comum que doentes com situações apenas de vigilância comecem a faltar às consultas. “Para quê ir ao médico e pagar uma taxa moderadora se não vai haver nenhum tratamento?”, deve pensar o doente, o que, em termos de saúde preventiva, é uma desgraça absoluta. Menos doenças

serão prevenidas precocemente e, logo, tratadas.

Há doentes sem acesso a tratamentos porque estes já não existem na farmácia do hospital, há doentes que necessitam de uma TAC e que demoram mais 3 meses a fazê-la do que deviam porque a lista de espera é enorme, ou seja, o número de situações dramáticas aumenta todos os dias. Constatase, nas urgências, um aumento dos casos de descompensação de doenças crónicas, como resultado do incumprimento de terapêuticas, assim como o adiar da procura do médico devido ao “preço” associado. Há, também, um aumento dos estados de ansiedade e de depressão.

É sempre importante sublinhar que quem sofre mais são os doentes desempregados ou precários, os pertencentes às classes mais exploradas. Sem hipótese de recorrerem ao privado, são estes doentes que sofrem mais com o aumento de taxas moderadoras e com o afundar da qualidade do único de serviço de saúde ao qual podem recorrer.

Que não restem dúvidas que esta crise, a crise do BPN, a crise de uma elite que endividou um país, será paga com a saúde dos mais pobres. Criminosos não são só aqueles que disparam uma arma, são também os que, por terem roubado (e ficado impunes!), condenam o povo a não ter saúde.

D.N. e M.N.



Uma resposta de doentes e trabalhadores

Torna-se cada vez mais urgente que, no Hospital de Santa Maria, mas também nos outros Hospitais e Centros de Saúde do país, haja unidade entre os seus trabalhadores e destes com os doentes. Enfermeiros, médicos, auxiliares, técnicos de saúde têm problemas diferentes, mas muitos deles são comuns a todos os trabalhadores da saúde. São atacados em uníssono pelo governo e tendem a separar-se na luta contra o mesmo. É tempo de haver reuniões de trabalhadores, de se procurar problemas e soluções comuns que melhorem as condições de trabalho dos traba-

lhadores da saúde e que defendam o SNS.

É preciso também chamar os doentes para esta luta. Um serviço de saúde público é uma conquista popular que beneficia a classe trabalhadora e esta deve ser intransigente na defesa do mesmo. Em todas as manifestações, em todas as reivindicações de trabalhadores da saúde, é preciso que os doentes se unam e mostrem, também, que estão pelo SNS. Os doentes devem unir-se em movimentos democráticos de defesa do SNS, sem contornos de “caridadezinha”, denunciando cada medicamento

que deixou de existir, cada consulta que demora a chegar e cada doente que sofre ou morre porque o SNS não chegou a tempo ou não permitiu a entrada.

Se em Espanha a maré branca enche as ruas e se mantém firme é porque a população também faz parte da onda. É tempo de unidade por uma saúde de todos e para todos!

Por um SNS universal, gratuito e de qualidade!

Trabalhadores e doentes juntos pelo SNS!

D.N. e M.N.



Suspender o pagamento da dívida, romper com a troika!

A discussão sobre a solução para o país está completamente invertida. Ela não passa pelo aumento do período para baixar o défice ou pela renegociação da dívida, mas sim pela negativa em seguir uma cartilha que só nos faz mais pobres e dependentes.

No seu editorial de 25 de fevereiro, o jornal *Público* afirmava: “Portugal está numa espiral recessiva sem fim à vista, as metas do ajustamento são incumpríveis, as condições sociais agravam-se, a democracia deteriora-se e, mais grave ainda, os portugueses só têm razão para acreditar que o futuro vai ser pior do que este lamentável presente”. Concluía a seguir: “O programa de ajustamento falhou. Ponto final. Está na hora de ser reformulado, corrigido, ajustado à realidade”.

O diagnóstico do jornal de Belmiro de Azevedo é correto e não constitui nenhuma novidade, a não ser pelo facto de ser feito por um setor da imprensa que até agora primou pelo “seguismo” às políticas do governo. Mas esse editorial também demonstra que há setores da burguesia portuguesa, aqueles mais ligados ao mercado interno, como o próprio grupo Sonae, cada vez mais insatisfeitos com os rumos que o país está a tomar. Pelo menos naqueles que lhes tocam o bolso.

As soluções

E qual a solução que o *Público* propõe para sairmos da “espiral recessiva”? Reformular, corrigir, ajustar à realidade o programa de ajustamento e negociar com a troika o alargamento do prazo para o cumprimento do défice. Um alargamento que o próprio Vítor Gaspar já disse que irá pedir à troika, visto que é impossível, por mais que se escarpelizam salários e reformas, atingir o défice programado de 4,5% para este ano.

Proposta semelhante foi apresentada pelo secretário-geral da CGTP, Arménio Carlos, à imprensa. Além de defender a renegociação da dívida, propôs, igualmente, segundo o *Jornal de Negócios*, “o prolongamento do período para a redução do défice por um período mais largo”. De resto, ganhar mais tempo para que o défice atinja os míticos 3% impostos pela

União Europeia é o que pretende também o PS de António José Seguro.

Ganhar tempo é solução?

Não, e nem a renegociação da dívida, como defendem, além da CGTP, o PCP e o Bloco de Esquerda. Em primeiro lugar, aceitar a meta da redução do défice nos termos impostos pela troika (e não esqueçamos o que está por detrás deste nome: Banco Central Europeu (BCE), Comissão Europeia e FMI), num período maior ou menor, e continuar a pagar a dívida significa inverter completamente a ordem de prioridades. E a prioridade, para a larga maioria dos portugueses, não é o défice nem a dívida, mais o emprego e o salário.

Até agora, com o discurso de que é preciso baixar o défice e pagar a dívida pública, o governo do PS, primeiro, e do PSD-CDS, depois, só cortaram salários e empregos.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) já calculava, em agosto do ano passado, que o número de trabalhadores com salários inferiores a 310 euros líquidos por mês aumentara 9,4% depois de a direita assumir o poder. Foram quase 153 mil pessoas que passaram a viver abaixo do limiar da pobreza, assinalado, segundo o mesmo INE, nos rendimentos inferiores a 421 euros por mês. Há previsões de que neste primeiro semestre ultrapassaremos a Roménia e teremos os salários mais baixos da União Europeia.

Cresce o desemprego

Quanto ao desemprego, este não para de crescer. No último trimestre do ano passado o desemprego já atingia 923,2 mil pessoas (16,9%).

Se somarmos a essas as que não estão mais inscritas no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), teremos bem mais de 1 milhão de desempregados.

Cristina Portella



Parar de pagar para aumentar salários, criar empregos e relançar a economia

Baixar salários e cortar empregos o governo tem conseguido, mas não tem tido o mesmo sucesso no cumprimento das metas de redução do défice acertadas com a troika e, muito menos, no alegado objetivo de diminuir o valor da dívida pública. Pelo contrário, quanto mais se paga mais a dívida cresce. Em 2008 era inferior a 80% do PIB (Produto Interno Bruto); no quarto trimestre de 2011 estava em 107,8%; em 2012 já superava 120% do PIB. A dívida portuguesa é hoje a terceira maior da União Europeia, só batida pela grega e italiana. Porquê? Porque as medidas de austeridade fazem com que o PIB, isto é, a riqueza produzida pelo país, diminua e, desta forma, a dívida passe a representar uma percentagem maior desse mesmo PIB. No ano passado, por exemplo, o PIB contraiu 3,2%.

A juntar a isto, há os juros cobrados pela banca e pela troika para emprestar dinheiro ao governo para que este possa continuar a pagar a dívida. Calcula-se que, este ano, o Estado terá de pagar mais de 9 mil milhões de euros em juros, o dobro do que pagou em 2009, antes da intervenção da troika, em junho de 2011. Uma boa parte do dinheiro que a troika empresta a

Portugal serve para pagar à própria troika. De acordo com informações do BCE, esses empréstimos aos países periféricos (leia-se Portugal, Espanha, Grécia, Itália e Irlanda) já lhe proporcionaram um lucro de 1100 milhões de euros, cuja metade é devida aos juros cobrados pelos títulos da dívida grega. Está aí a chave de toda esta situação: condena-se os povos à miséria para pagar dividendos à banca. O lucro de 1100 milhões será repartido pelos bancos centrais da zona euro, mas a Alemanha ficará com a parte do leão.

Para criar emprego e aumentar os salários não há outra saída senão parar de pagar a dívida e, a seguir, realizar uma auditoria independente que especifique o que é realmente dívida e o que é fruto da especulação financeira e do roubo da camarilha que governa este país, através de submarinos, Parcerias Público Privada (PPPs) e transferências de milhares de milhões de euros para o BPN, Banif, BCP e outros.

Renegociar os prazos e juros da dívida com a troika, como defende a oposição, do PS ao BE e PCP, não resolverá o nosso problema, porque significa continuar a pagar uma dívida ilegítima, a desviar recursos que poderiam ser aplica-

dos em salários e na criação de emprego, bem como a manter a dependência do país em relação ao BCE e ao FMI. A recente inovação do BE, acrescentando à renegociação uma “reestruturação que ataque o abatimento do stock de dívida”, também é mais do mesmo. Como a esquerda parlamentar defende a manutenção de Portugal no euro, custe o que custar, igualando a hipótese de saída da moeda única a um cenário próximo do Inferno de Dante, não concorda com a suspensão do pagamento, pois isso muito provavelmente apontaria para a rutura com a UE e o euro, a nacionalização da banca e das grandes empresas recentemente privatizadas.

O problema – e é relativamente simples verificar isso – é que o país, e os trabalhadores, que são a maioria da população, não têm outra alternativa senão optar por uma das saídas: continuar a pagar a dívida e manter-se no euro à custa da nossa soberania e de uma diminuição brutal do nível de vida da população ou suspender o pagamento e, na base de uma grande mobilização e na consulta democrática, decidir o que é melhor para todos nós. E não para os banqueiros e a senhora Merkel.

C.P.



Levantar um país subjugado

A cada dia que passa Portugal parece ter menos esperança. A riqueza abandona o país através do pagamento da dívida, mas a maior riqueza que abandona o país é a juventude. Desde que a troika aterrou na Portela que mais de 100 mil jovens já emigraram. Como tantas empresas e pequenos negócios, Portugal parece prestes a fechar portas. O descontentamento alastra. Mas parece não haver uma luz ao fundo do túnel. Estamos a lutar pelo quê? Haverá alternativas?

O governo diz-nos que não. “Emigrem” é o apelo que faz aos jovens. Aos idosos desejam que, simplesmente, desapareçam. A esquerda tradicional contesta e aponta como solução a renegociação da dívida, como se ao enforcado bastasse pedir mais corda. Não haverá soluções para lá dos ditames da troika e da União Europeia? As greves e manifestações, a energia e a raiva popular, não podem alcançar nada para além de mais tempo para pagar?

O cenário é devastador. Os cortes em salários e pensões já totalizam 4 mil milhões de euros. Este é dinheiro retirado a quem trabalha. Para onde vai? Para os sete mil milhões de euros que vamos pagar este ano

apenas em juros da dívida. Ou para tapar buracos da banca, como os 1,1 mil milhões injectados no BPI. Se seguirmos o rasto do dinheiro vemos que sai dos bolsos de quem trabalha, passa pelas mãos sujas de políticos e da troika e acaba nos cofres de banqueiros. O BPI lucrou este ano 292 milhões de euros com títulos da dívida pública, por isso é que o odioso Ulrich exclama que o povo “aguenta” mais austeridade. Mas não aguentamos. Sem salários não há consumo, as empresas fecham e o desemprego aumenta. Este é resultado consciente da política de Passos, Portas e Gaspar. O Governo trouxe-nos a este ponto não por engano mas propositadamente, por isso devem ser demitidos e julgados. São criminosos.

Correr com o Governo é um imperativo. E o que vem depois? Se a origem da sangria é a dívida e se a dívida foi criada por políticos criminosos para enriquecer os grupos económicos dominantes, há que suspender o seu pagamento. Só assim se pode devolver salários e pensões. Só suspendendo o pagamento da dívida podemos impor a vontade de quem trabalha aos credores estrangeiros. Renegociar sem suspender o



pagamento é uma falácia.

Portugal está subjugado pela troika. No século XVII vivemos ocupados por Castela e no século XIX foram as invasões francesas e o ultimato inglês. Depois do 25 de Abril, o FMI já aterrou na Portela três vezes, desta vez acompanhado pela Comissão Europeia e o BCE. É preciso correr com estes senhores! Não podemos aceitar um fado de dominação eterna. Se o povo português levantar a sua voz contra a austeridade, o euro irá tremer. Há que ponderar a saída da moeda única, sem medos. Economistas prestigiados como João Ferreira

do Amaral propõem-no abertamente. No passado dia 26, nas eleições italianas, o candidato Beppe Grillo conseguiu 26% dos votos defendendo um referendo para tirar a Itália do euro. É preciso ter a coragem de apontar esse caminho em Portugal.

Para o fazer temos que correr com quem trouxe o país a este ponto. Cavaco Silva e Assunção Esteves, respetivamente, a primeira e a segunda figuras de estado são exemplares: o primeiro acumula duas pensões que chegam aos 10 mil euros e diz que não lhe chegam para as despesas, a segunda re-

formou-se com uma pensão de 7 mil euros. Há que pôr cobro a esta injustiça, apelar do poder esta elite corrupta que parasita o estado e, como na Islândia, prender os políticos que endividaram o país.

Para que estas alternativas tomem corpo há que continuar nas ruas, não dar um minuto de descanso ao governo, continuar com grandes manifestações e preparar um greve geral mais forte e prolongada que as últimas para abrir portas a um novo 25 de Abril. Dar força ao MAS, o único partido que aponta este caminho, é por isso, essencial.

O significado das eleições na Itália

A atual crise política italiana, gerada por um resultado eleitoral que torna muito difícil a formação de um novo governo, é analisada pelo Partido de Alternativa Comunista (PdAC), partido da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI) em Itália.

“As eleições - que muitos analisam como se fosse o espelho político do país - dão sempre uma imagem deformada das relações entre as classes. Com isso em mente, é possível fazer algumas avaliações iniciais”, inicia a nota do Comité Central do PdAC.

Nenhum dos três principais campos burgueses que se apresentaram a essas eleições - a coligação liderada por Pier Luigi Bersani, do Partido Democrático (tem sua principal origem no Partido Comunista Italiano, o PCI); a coligação de direita liderada por Silvio Berlusconi; e os chamados centristas do atual primeiro-ministro do país, Mario Monti - conseguiu votos suficientes no Senado que permitisse formar governo sem alianças.

O PdAC avalia que esse resultado demonstra o descrédito da população na política implementada pela burguesia nos últimos anos, nomeadamente nas medidas da austeridade impostas pelo interventor da

União Europeia, Mario Monti, que obteve apenas cerca de 10% dos votos. Essas medidas, como em Portugal, Espanha e Grécia, provocam desemprego e retiram direitos aos trabalhadores. A corrupção generalizada do sistema político também foi repudiada pelas urnas, apesar da votação recebida por Berlusconi pouco diferir da apresentada por Bersani, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado.

O repúdio popular à gestão burguesa da crise do capitalismo ficou demonstrado pela abstenção, que registou novo recorde, e pelo impressionante resultado da lista do comediante Beppe Grillo, Movimento 5 Estrelas. Avalia o PdAC que, sob o manto de um programa aparentemente radical e antissistema, o movimento de Grillo capitalizou o melhor resultado, na ausência de uma grande mobilização da classe trabalhadora. “A Grillo são destinados os votos de um am-

plo setor proletário, mas também de uma pequeno-burguesia motivada pela crise a buscar soluções anti-sistema.” Particularmente significativa teria sido a transferência de votos de eleitores da Liga Norte para o Movimento 5 Estrelas.

Para o PdAC, o sucesso da lista de Grillo, além das ilusões que está a provocar em grandes setores de trabalhadores, não constitui de forma alguma o resultado de uma política contra o capitalismo e o seu poder. “Ao contrário, ele absorve o descontentamento com as políticas do capitalismo e o expressa num programa que não prejudica a grande burguesia e seu domínio.”

O sucesso de Grillo prende-se à sua atitude de não aceitar as medidas de austeridade, criticar a União Europeia por ter retirado a soberania da Itália, apresentar-se como um candidato antipolítico, propor a abolição do financiamento público dos partidos e a aprovação do rendimento mínimo garantido e várias



outras medidas que contam com a simpatia da população.

Para o PdAC, apesar de o programa de Grillo assumir lutas da esquerda, ele tem como imagem de marca um protesto geral contra a “política” e os “partidos”, propondo soluções reacionárias e potencialmente perigosas. Ele chega a defender a “dissolução” dos partidos e a “superação” dos sindicatos.

À esquerda, a lista de Antonio Ingroia (da qual fazia parte a conhecida Refundação Comunista), que se candidatava abertamente a uma aliança pós-eleitoral com o PD para garantir uma colaboração de classes

com o governo dos banqueiros e industriais, sofreu uma derrota esmagadora, permanecendo fora do parlamento.

O PdAC, com o seu candidato Adriano Lotito, um estudante de 20 anos de idade, sem visibilidade na TV e na imprensa, obteve um pequeno resultado. O partido esclarece que não celebra o resultado, mas que a campanha eleitoral, desenvolvida nas ruas e nas fábricas, foi útil e positiva, pois permitiu apresentar o partido e o seu programa revolucionário a um número crescente de trabalhadores e jovens e ganhar novos militantes.

Autoeuropa: austeridade é desculpa para cortar direitos

Invista-se em planos de formação do pessoal, estudem-se novas escalas de horário de trabalho, para que todos continuem a trabalhar nas mesmas condições atualmente contratualizadas, e lembre-se sempre que os direitos dos trabalhadores não são descartáveis.



No Parque Industrial da Autoeuropa, um dos principais polos industriais do país, o clima anda tenso. No final de 2012 já muito se falava sobre a influência da crise económica mundial no ramo automóvel, principalmente na Europa. Falou-se que as quebras de pro-

dução na fábrica de Palmela iriam criar um quadro de cerca de 600 excedentários, trabalhadores que não teriam mais lugar na fábrica nos novos níveis de produção previstos para 2013. Relembrou-se também os projetos de produção, nos quais figura

que brevemente terminará a produção de um dos quatro modelos hoje fabricados na Volkswagen (VW) Autoeuropa, o EOS; modelo esse que até hoje ainda não tem nenhum substituto anunciado. Organizaram-se planos para, em 2013, permitir intercâmbio dos trabalhadores de Palmela para fábricas de outros países, e o ano de 2012 terminou com uma paragem da produção de um mês inteiro e o anúncio do despedimento coletivo de cerca de 90 trabalhadores da Faurecia, fornecedor da VW Autoeuropa e uma das principais empresas do parque industrial. O cenário para 2013 estava pintado.

Política de pressão

O ano começou e, com ele, o clima de medo voltou a ser lançado sobre os trabalhadores. Foi comunicado pela administração da VW Autoeuropa, sem o direito a qualquer tipo de negociação, a imple-

mentação da alteração ao Código de Trabalho de 2012 relativa ao pagamento das horas extraordinárias. A vontade da administração de espalhar o terror não se ficou por aqui. Logo em janeiro, a Comissão de Trabalhadores divulgou o processo de negociação, ainda em curso, do acordo laboral para o biénio 2012/2014. Ficou-se a saber, então, que a empresa, além de reduzir drasticamente o valor pago pelas horas extra, quer reduzir também drasticamente o salário das novas contratações, quer reduzir o valor pago pelos downdays (dias de paragem de produção) e propôs um aumento salarial de apenas 3% a dois anos. Isto para além de outras propostas das quais aparentemente já desistiu, como um banco de horas para os sábados ou a redução dos dias de férias.

Lucros mantêm-se

É verdade que a empresa vem afirmando que, por enquanto, não

estão em causa despedimentos, contudo, todos os movimentos recentes desta administração têm sido de levantar os problemas advindos da crise económica e de se esconder nas políticas de austeridade do governo PSD/CDS para garantir o corte de direitos aos trabalhadores. Tudo isto sem nunca referir os lucros do Grupo Volkswagen, que, no primeiro semestre de 2012, registaram aumentos líquidos da ordem dos 36%, sem referir que a empresa e o grupo se mantêm fortes e têm crescido nos últimos tempos. É verdade também que o mercado automóvel na Europa, devido à perda do poder de compra dos trabalhadores europeus, se tem reduzido, no entanto, a administração esquece, que são estes trabalhadores os principais responsáveis pelos lucros e vendas que a empresa tem tido.

Pedro Cruz

Austeridade protege grandes fortunas

Assim, o MAS, que em Palmela tem estado presente no parque industrial por diversas vezes divulgando as suas ideias aos trabalhadores, defende que, se é verdade que é necessário conseguir um novo modelo para a fábrica de Palmela, também é verdade que a empresa não se pode esconder atrás da austeridade governamental e cortar nos direitos dos trabalhadores. Numa empresa que regista lucros, o aumento salarial para o próximo biénio não poderá ser nunca inferior à inflação registada em 2012 e projetada para 2013,

que rondará os 4%. Uma empresa que mantém lucros e que teve investimentos de 200 milhões de euros em 2012 não pode refugiar-se na austeridade do governo e cortar drasticamente no valor das horas extra ou nos salários de admissão de novos trabalhadores. Invista-se em planos de formação do pessoal, estudem-se novas escalas de horário de trabalho, para que todos continuem a trabalhar nas mesmas condições atualmente contratualizadas, e lembre-se sempre que os direitos dos trabalhadores não são descartáveis.

Por defender os trabalhadores, o MAS luta contra este governo. É a política do PSD e CDS que leva a que empresas como a VW Autoeuropa, nela se apoiando, também apliquem a austeridade. O mesmo se tem visto em outras empresas, como por exemplo a Thyssenkrupp, onde os trabalhadores recentemente cruzaram os braços pelo facto de a empresa, que tem obtido excelentes resultados, siga uma política de corte de direitos e baixos salários. Esta austeridade, ao mesmo tempo que retira direitos a quem trabalha, protege as grandes for-

tunas deste país e do mundo e permite que estas mantenham ou mesmo aumentem os seus lucros em detrimento da perda de direitos e do aumento da exploração. Permitindo, ao mesmo tempo, a evasão fiscal e a concessão de benefícios. O MAS tem propostas alternativas à austeridade do PSD e CDS e da qual o PS também não se demarca. Urge uma política de fomento da indústria nacional, que crie emprego e construa a independência económica e política de um país que cada vez mais é gerido pelos ditames

da União Europeia e do Euro ao serviço dos ricos alemães e franceses. Para isso, precisamos de um governo que responda apenas aos interesses de quem trabalha e não os venda perante a primeira chantagem que apareça, venha ela sob a forma de uma dívida ou sob outra qualquer. Precisamos de um governo que perante as pressões da administração da VW Autoeuropa sustente que esta não pode aproveitar-se da crise económica para cortar nos direitos dos trabalhadores e prejudicar a vida de milhares de famílias.

Em março sindicalismo de luta tem encontro em Paris

De 22 a 24 de março realizar-se-á em Paris o Encontro Sindical Internacional, convocado pelos sindicatos Union Syndicale Solidaires (França), CSP-Conlutas (Brasil), CGT (Estado Espanhol) e Organisation Démocratique du Travail (Marrocos).



Construir uma coordenação entre setores do sindicalismo alternativo europeu e organizações sindicais de vários países do norte de África, da América e, inclusive, de representações de países da Ásia é um acontecimento muito importante. Sobretudo ao dar-se no meio da brutal crise mundial que golpeia os trabalhadores e provoca fortes respostas da classe trabalhadora e dos povos. Além das entidades que convocam o encontro, participarão delegações de Itália, com o

recém-formado agrupamento No Austerity; Inglaterra, com organizações portuárias, do transporte e de professores universitários, com uma representação do conselho sindical de Liverpool; Estado Espanhol, com o Cobas Madrid; Portugal, setores portuários; e Alemanha, setor automóvel. Está prevista, ainda, a presença de sindicalistas do Egito, e aguarda-se a confirmação de representantes do Japão, Indonésia, China e EUA. Da América Latina virão, além

dos sindicalistas brasileiros, uma representação do Batay Ouvriye, do Haiti. Na sua convocatória, os organizadores do encontro explicam que reivindicam um sindicalismo que tenha por objetivo destruir o modelo de desenvolvimento económico, social e político baseado na hegemonia das finanças, do lucro e da competitividade. “O nosso sindicalismo combina a defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores com a vontade de mudança social profunda. Não

se limita ao campo da reivindicação económica, mas abarca temas como o direito à habitação, à terra, à igualdade entre homens e mulheres, o antirracismo, a ecologia, o anticolonialismo, etc.” O encontro, afirmam, não tem a pretensão de declarar a formação de uma nova organização internacional, mas sim fortalecer, ampliar, tornar mais eficiente, uma rede de sindicalismo ofensivo, democrático, autónomo, alternativo e internacionalista.

Formadores protestam contra despedimentos em Braga

Na manifestação da CGTP em Braga, encontrámos um grupo de formadores do Instituto de Formação Profissional de Mazagão em luta contra um concurso divulgado recentemente que vai lançar para o desemprego milhares de formadores. Conversámos com a formadora Clarinda Pinto para conhecer as dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores.



Entrevista de Vasco Santos e Joana Oliveira

O que vos trouxe aqui hoje?
Em dezembro de 2012 foi lançado, a nível nacional, o concurso professores/formadores 2013-15, que pretendia colocar os designados “professores horário 0”. Nós, formadores, soubemos deste concurso dois dias antes de ele acontecer, o que não nos deu tempo para

preparar, pedir tempo de serviço ou para concorrer em pé de igualdade com os professores. Logo à partida, não estamos em pé de igualdade com os professores uma vez que, apesar de sermos licenciados como eles, enveredamos por uma vertente profissional, e o tempo de serviço para os formadores é contado de forma diferente do dos professores. Um professor que trabalhe 10 anos, equivale a quase 20 anos de serviço de um formador. Só aqui, os professores ficam à nossa frente no concurso só com a contagem de tempo de serviço. Além disso, como fomos avisados tardiamente, muitos de nós concorreram sem tempo de serviço. Eu concorri com cerca de menos 7 anos de serviço, mas há colegas que concorreram com muito menos.

Qual o futuro para os formadores nesta situação?
Os professores vão entrar nos centros de formação a 1 de março. Aos formadores vai acontecer o seguinte: aqueles cursos que nes-

te momento estamos a lecionar, vamos acabá-los e, conforme os cursos vão terminando, não vamos ser mais chamados. Vão ser chamados os professores. Na lista de Braga, não tive oportunidade de ver as outras listas, não há formadores colocados, apenas professores. Temos casos de colegas que estão no centro desde 1989 e que vão ser substituídos por professores. Como é possível ignorarem 24 anos de experiência?

É essa a vossa situação?
Estou em Mazagão desde 1990 e tenho professores à minha frente que nunca tiveram tanto tempo de serviço como eu. Neste momento estão cerca de 100 pessoas à minha frente e todas elas têm menos experiência na formação. Dar formação não é o mesmo que dar aulas, não é melhor nem pior, é diferente. O nosso público é outro, é muito contextualizado, são os desempregados, são os jovens que por qualquer motivo desistiram do ensino regular. Até o programa é

diferente do ensino regular. E em todos esses anos temos desenvolvido técnicas de relação com todos esses públicos, do trabalho que é preciso fazer para captar esses formandos, conseguir que adiram à escola novamente, ainda que uma escola diferente. Não percebemos porque, para dar emprego a professores - e friso muito bem que não é contra isso que estamos - colocam 12 mil formadores em todo o país no desemprego, sem direito a nada porque sempre estivemos a recibos verdes.

Uma situação que se deve manter...
A maioria dos professores vai trabalhar a recibos verdes como nós, por isso é que somos facilmente descartáveis. Além de descartáveis, descontamos para a Segurança Social todos estes anos um valor bastante significativo, mas, ainda sim, vimos para o desemprego sem direito a nada, nem a subsídio de desemprego nem a nada.

Que condições estão a criar para continuar a luta?
Esta forma de mostrar o nosso descontentamento está ainda a começar, não vamos criar nenhum sindicato. Já fizemos uma queixa ao procurador-geral, contactámos advogados para nos ajudar a estudar a legalidade dessas medidas, fizemos uma vigília no passado dia 14 de fevereiro em frente a Mazagão e estamos aqui a participar nesta manifestação de hoje da CGTP. Vamos fazer uma semana de luto com colegas do Porto, vamos continuar com grandes ou pequenas manifestações. E fazemos um apelo a todos os formadores de todo o país que se juntem a nós, porque juntos somos mais fortes. Queremos que todos os centros do país cheguem até nós para nos mobilizarmos e pensarmos em formas de luta, inclusive ir até Lisboa. Todos os formadores que quiserem entrar em contacto com este grupo de formadores de Braga podem fazê-lo através do e-mail: clarinda_pinto@hotmail.com

Aquilo que estão a fazer connosco é o reflexo daquilo que estão a fazer ao País

“Este concurso é o retrato da governação que temos neste momento porque não atende minimamente aos direitos das pessoas. Trata-se claramente de um desinvestimento deste governo na educação. E é isso que não entendo. Os formadores estão preparados, têm as qualificações, têm a experiência e por

que vão para a rua? Nós servimos para formar todos estes anos e agora somos descartados, com a agravante de sermos recibos verdes. E eu pergunto: como vamos sobreviver agora? Há casos de casais a trabalhar em Mazagão em que os dois vão ficar sem emprego e sem subsídio de desemprego. Aqui em

Braga somos seguramente entre 200 a 250 formadores nesta situação. Aquilo que estão a fazer connosco é o reflexo daquilo que estão a fazer ao país. Diariamente há pessoas que são dispensadas, despedidas, descartadas em prol de não sei o quê. Há situações em que não

há alternativa (mas temos de pensar no porquê de não haver), mas há outros casos em que haveria alternativa se houvesse realmente interesse em mudar as coisas e melhorá-las. Além da injustiça de toda esta situação é de frisar a desumanidade, a desfaçatez com que fazem as

coisas... Sinto que vivo numa ditadura disfarçada. É um governo que risca, que faz, que decide e que não quer saber da opinião das pessoas. O povo tem muito a dizer e muito a dar. É preciso mudar de rumo.”

Dois importantes momentos na construção do MAS

Janeiro foi um mês movimentado na vida do MAS. A 12 houve a inauguração da nova sede em Lisboa, e a 19, o jantar de apresentação do partido na Madeira.



A inauguração da sede em Lisboa teve a presença de cerca de 200 pessoas, entre representantes dos

movimentos sociais, estudantes e ativistas das lutas contra o governo e a troika. Sofia Rajado, professora

precária e integrante da Plataforma 15 de Outubro (15O), Vítor Dias, presidente do Sindicato dos Estivadores, e Gil Garcia, pela direção do MAS, saudaram os presentes. Sofia falou sobre o desemprego e o desinvestimento na educação do governo de Passos Coelho/Paulo Portas e alertou para a provável agudização desse cenário com o pretendido corte de 4 mil milhões de euros nas áreas sociais. Vítor Dias lembrou a greve de mais de quatro meses dos estivadores no ano passado, ponto alto da resistência aos planos do governo. “Os estivadores não querem hipotecar o seu futuro”, afirmou. Ele explicou que, apesar da suspensão da greve em finais de dezembro, isso não significou o fim da luta. Gil agradeceu a presença dos mi-

litantes e amigos do MAS no evento, a prestigiar a inauguração de uma sede que se quer tornar uma referência na luta dos trabalhadores e da juventude do país e significa mais um passo na formação de um partido que tem como objetivo renovar o espectro político português. “Nós, como o povo português, estamos disponíveis para enfrentar o governo e a sua política.”

MAS na Madeira
A apresentação do MAS na Madeira foi feita no restaurante Tangeirina, no Funchal, durante um jantar que reuniu 20 pessoas, entre ativistas, sindicalistas, professores, estudantes e músicos. No final do jantar, Duarte Rodrigues, do MAS-Madeira, falou sobre os problemas que afetam Portugal

continental e a região da Madeira, como a dívida e o ciclo vicioso de governação. A segunda intervenção coube a Gil Garcia, pelo MAS continental, que enfatizou a importância da unidade da esquerda, da suspensão do pagamento da dívida externa e do fim dos privilégios dos políticos, matéria em que o presidente do governo regional da Madeira é rei. A primeira atividade oficial do MAS na região foi fruto do trabalho desenvolvido pelos seus militantes nos últimos quatro meses. Nesse curto período, realizaram sessões de cinema, participaram da organização da manifestação do 15 de Setembro do ano passado e de atividades sindicais.

Nada a esperar do euro e do BCE. Só o povo soberano pode fazer o país sair da crise!

Em finais de janeiro, Portugal regressou ao mercado da dívida de longo prazo, naquilo que foi anunciado em grandes parangonas como um sucesso da política de austeridade deste governo, e até um sinal de recuperação da nossa “soberania financeira” (DN, 21/1).

A primeira constatação que faz qualquer trabalhador ou pensionista é que este aparente sucesso nada significa para o seu dia-a-dia, pois não se vislumbra nenhuma inversão nas medidas de austeridade. Pelo contrário, já se anunciam novos cortes e sacrifícios! Em segundo lugar, vemos que esta nova colocação de dívida (porque é disso que se trata, mais um empréstimo de milhões para continuar a afundar o país) resulta, não do exercício da tal soberania, mas sim da intervenção duma instituição externa ao país: o Banco Central Europeu (BCE).

De facto, desde setembro que o BCE decidiu assumir a função de garante das dívidas soberanas no mercado secundário para todos os países da zona euro em processos de ajustamento (não só Portugal, portanto não tem sequer a ver com o facto de Passos Coelho ser “o bom aluno” que



tanto gosta de ser).

O BCE assumiu que, em caso de necessidade, compraria os títulos de dívida soberana desses países no mercado secundário. Foi por causa desta garantia que os chamados “investidores” se sentiram confiantes para comprar mais títulos de dívida, o que conferiu ao leilão de 23 de janeiro o tal sucesso, logo bem explorado pela propaganda do governo.

Mas, afinal, porque se mostrou o BCE tão generoso? Tornou-se de repente amigo dos países em dificuldades?

Tudo para salvar o euro

O endividamento dos estados, empresas e famílias é hoje uma forma privilegiada de acumulação de capital, não só devido ao mecanismo dos juros, mas também à especulação que os grandes do mundo financeiro fazem com os títulos de dívida. Compram títulos aqui, vendem-nos acolá, e com este jogo perpétuo acabam realizando lucros extraordinários.

Ao intervir neste mercado para dar garantias aos compradores de dívida, o BCE teve sobretudo como objetivo assegurar que os tí-

tulos de dívida em euros não se depreciariam. Se a confiança dos tais credores caísse abruptamente, então eles iriam desfazer-se das suas carteiras de títulos em euros – provocando uma desvalorização geral do euro – e tenderiam a refugiar-se em moedas mais fortes (dólares, ienes, etc.).

Por isso o BCE tomou medidas para garantir que a confiança no euro não se evapore (o que é um risco real face à cada vez maior dificuldade de os estados pagarem as suas dívidas) e que o euro continue a ser “atractivo” para o

capital financeiro.

Foi esse o verdadeiro significado da intervenção do BCE no mercado da dívida, e não um qualquer impulso benemérito dirigido aos países sujeitos à austeridade...

Soberania é quando o povo mais ordena!

Afirmar que o regresso de Portugal aos mercados, ou seja, que a decisão do governo de continuar a endividar-se (mesmo que a juros mais favoráveis) é o mesmo que “recuperar a soberania financeira”, como titulava o DN, não lembra ao diabo... Soberania financeira é no mínimo o poder de emitir e gerir a sua moeda, coisa que o país não faz desde que aderiu ao euro. Soberania é não ter Bruxelas a dirigir a nossa economia, a mandar privatizar, fechar empresas e queimar produtos da terra e do mar, como acontece desde a adesão de Portugal à União Europeia (UE) em 1986. A verdadeira soberania é quando a economia está ao serviço das necessidades do povo, e não dos capitalistas que jogam na bolsa o dinheiro de todos nós.

Soberania é quando o povo mais ordena, e o povo português está farto de ter a vida “ordenada” pelos senhores da UE e do FMI!

Ana Paula Amaral, com colaboração de J. A. Dias

Que saída devemos propor para a crise?

Talvez a intervenção do BCE no mercado da dívida sirva ao menos para ajudar à retoma da economia, ou mesmo atenuar o nosso endividamento... Será?

Até partindo do ponto de vista estritamente burguês da “obrigação” de se pagar a dívida, este objetivo é impossível de se atingir se não houver crescimento do nosso Produto Interno Bruto (PIB).

A dívida pública é calculada proporcionalmente ao PIB. Ela está a crescer desmesuradamente não só por causa do efeito direto dos juros, mas também porque o PIB está em queda livre. Quanto menor o PIB maior a percentagem de dívida a pagar, maior o peso da dívida em toda o funcionamento da economia.

Ora, para que o PIB aumente é necessário crescimento económico – que hoje em dia todos defendem, desde comentadores do regime até partidos com responsabilidades na esquerda. Face à gravidade da crise já não há como fugir do óbvio.

Em medidas concretas, este crescimento do PIB implicaria, entre outras coisas:

- Suspensão do pagamento da dívida externa e auditoria;
- Um plano de relançamento da produção;
- Revogação da reforma laboral com redução das horas de trabalho para gerar mais empregos;
- Pagamento de subsídio aos desempregados até obterem um novo posto de trabalho;
- Aumento geral dos salários e pensões;
- Revogação de todas as medidas de austeridade, com redução dos impostos para quem trabalha e agravamento para o capital.
- Um plano geral de obras públicas.
- Suspensão do programa de privatizações, nacionalização da banca e das empresas estratégicas (Galp, EDP, etc.).

Isto é o que objetivamente significa aumentar o PIB: fazer crescer as forças produtivas, em primeiro lugar a força de trabalho humana, e com isso melhorar as condições e o nível de vida das famílias trabalhadoras.

Salvar os trabalhadores e não o euro

Muitos consideram irrealista um tal plano de medidas, mas o que é de facto irrealista é lançar apelos ao governo e à banca para que “emprestem à economia” (como faz por exemplo o PS) e assim favoreçam o crescimento; o que é irrealista é fazer pressão sobre o BCE e a UE para que baixem juros, e assim favoreçam o crescimento.

Nem o governo nem a banca nem as instituições da UE estão ou se colocarão ao serviço do crescimento económico, porque ele se opõe aos interesses imediatos do capital financeiro, todo ele virado para as oportunidades de

rentabilidade imediata e garantida face à crise geral do sistema capitalista. E o governo, o BCE e a UE já demonstraram à saciedade que estão subordinados a estes interesses.

Para a classe trabalhadora portuguesa e europeia, as medidas referidas acima não são apenas realistas, elas tornam-se cada vez mais urgentes. É urgente lutar unificadamente com os trabalhadores de toda a Europa não só contra os planos de austeridade e os governos das troikas e da UE, mas igualmente por novos governos, saídos das mobilizações populares, que tomem medidas de salvação dos trabalhadores, e não dos “mercados” e do euro.

Por isso é que o MAS defende um novo 25 de Abril para um governo de esquerda, onde o povo português finalmente se torne aquele que mais ordena. **A.P.A. e J.A.D.**

O orçamento europeu

Não é só Portugal que vê cair o seu PIB. A ritmos diferentes a recessão vai-se abatendo sobre a maior parte dos países da zona euro. De acordo com o Eurostat, verifica-se queda do produto em 10 das 27 economias da UE, inclusive em “pesos pesados” como França e Itália. Foi por isso que a discussão da distribuição do orçamento da UE entre os 27 foi cheia de escolhos. O acordo para a distribuição dos fundos europeus alcançado na última primeira europeia precisou de uma maratona de horas de negociações. O orçamento comunitário não cai do céu nem é fruto da “magnanimidade” da UE, ele provém das contribuições dos países-membros (ou seja, mais uma vez, dos nossos impostos!) e, se há recessão generalizada nos estados-membros, Bruxelas deixa de poder distribuir as suas migalhas a contento de todos. Em casa onde não há pão...



Oásis alemão perto da recessão

A Alemanha, a maior economia da zona euro e considerada a locomotiva do crescimento dessa zona, tem tido indicadores económicos melhores que os restantes países da zona euro, mas, ainda assim, tem registado uma nítida desaceleração do crescimento do seu PIB. Assim, no segundo trimestre do ano passado, o seu crescimento (em termos anuais) ainda foi de 1,7%, mas nos dois últimos trimestres já só foi de 0,5 e 0,4%, sendo que alguns economistas afirmam que o país poderá entrar em recessão ainda este ano.

A Alemanha tem uma economia muito virada para a exportação, sendo o destino da maioria das exportações alemãs os seus parceiros da zona euro e da União Europeia, embora a Alemanha também exporte produtos, sobretudo de alta tecnologia, para os chamados países emergentes, essencialmente a China (para ter uma ideia desse facto, basta ver a muito significativa quota que os fabricantes alemães têm no mercado automóvel chinês, por exemplo). Daí que a economia alemã tenha sido naturalmente afetada pela recessão vivida por vários países da zona euro.

Eleições legislativas

Angela Merkel tem sido beneficiada politicamente com a baixa dos juros da dívida pública alemã, na medida em que essa baixa permite ao governo federal alemão importantes poupanças. Daí que os seus níveis de popularidade permaneçam invulgarmente altos para um chefe de governo da União Europeia, para o que também contribuiu a sua política social habilmente “generosa” (como sejam aumentos dos abonos de família e outras medidas semelhantes). Ao contrário do que aconteceu com o pre-

sidente francês, François Hollande, que registou uma queda acentuada da sua popularidade logo após a sua eleição, tornando-se um dos presidentes mais impopulares do país durante o primeiro ano do seu mandato.

No próximo mês de setembro, vão realizar-se eleições legislativas na Alemanha e não restam hoje grandes dúvidas que, a não ser que ocorra um acontecimento imprevisto com grande impacto eleitoral, o partido da chanceler, a CDU/CSU, vai ganhar folgadoamente as eleições. A dúvida reside em saber qual será o seu parceiro de coligação, na medida em que o atual parceiro de coligação de Merkel, o partido liberal FDP, está em sérios riscos de não conseguir entrar no Bundestag, o parlamento federal, para o que é preciso obter pelo menos 5% dos votos.

Mas mesmo que o FDP consiga manter-se no parlamento, os dois partidos da atual coligação dificilmente terão os votos necessários para formar governo, daí que a chanceler vá ter de encontrar outro parceiro de coligação que poderá ser o SPD social democrata (que nas sondagens mais recentes tem perdido fôlego) ou, em alternativa, o partido verde, bem posicionado nos estudos de opinião.

É de realçar que o partido Die Linke (A Esquerda), parceiro do Bloco de Esquerda no Parlamento Europeu e no Partido da Esquerda Europeia, se encontra, de momento, em claro recuo eleitoral, tendo nos dois últimos anos, perdido representação parlamentar em vários estados no oeste do país. A nível federal, esse partido encontra-se atualmente nas sondagens com cerca de 6-7% quando nas eleições de 2009 obteve 11,9% dos votos. **C.K.**

Crise no SWP: moral revolucionária e luta contra a opressão das mulheres em jogo

Uma grave crise sacode o Socialist Workers Party (SWP), um dos maiores partidos de esquerda da Inglaterra, que inclusive se reivindica trotskista. É uma crise de índole moral e da qual a Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI) não pode ficar à margem. Esta é uma síntese do artigo que pode ser lido na íntegra no site www.litci.org

Por um lado, os graves factos que ocorrem num partido de esquerda afetam os demais, porque a burguesia trata de destruir a imagem da esquerda de forma conjunta, como se fosse uma única organização; por outro lado, é através das ações de cada organização que se reivindica revolucionária que a esquerda vai construindo a sua trajetória junto ao proletariado mundial.

Síntese do ocorrido

Uma militante do SWP acusou um dos membros do Comité Central de tê-la violado. A Comissão de Disputas (Comissão de Moral) investigou o caso durante quatro dias e chegou à conclusão de que não havia provas suficientes contra o acusado. Nesse meio tempo, outra militante do partido também acusou o mesmo dirigente de a ter molestado sexualmente, desta vez por meio de assédio sexual.

A Comissão de Disputas não tomou em consideração essa segunda denúncia e manteve o documento inicial, o que gerou descontentamento entre os delegados da Conferência em que foi apresentado o informe. Também gerou protestos o facto de que a militante que acusou o dirigente não tivesse sido convidada para a Conferência.

Frente a esse clima de descontentamento, a Comissão de Disputas tratou de levar a discussão de forma burocrática, reduzindo o tempo de intervenção e cortando bruscamente a palavra dos intervenientes, impedindo que houvesse uma discussão ampla. Todos esses factos geraram suspeitas sobre o trabalho da Comissão e sobre o informe apresentado, tanto que o plenário praticamente se dividiu ao meio no momento da votação, com 231 votos a favor do informe, 209 contra e 18 abstenções.

Depois disso, abriu-se uma crise sem precedentes, com diversos militantes rompendo com o partido, e inclusive intelectuais que sempre trabalharam com o SWP recusando agora qualquer colaboração com essa organização.

the guardian The Observer

Why 'leftists revolutionaries' are not the best feminists

The rape allegation against a member of the SWP is hardly surprising, given the party's attitude towards women

Nick Cohen
The Observer, Sunday 3 February 2013



SWP supporters (protest in London against sexism) Photograph: Ben Cavill/Reuters Features

The far left cannot face up to rape and its ignorance is killing it. The willingness to excuse the humiliation of women has already destroyed the reputations of Julian Assange and George Galloway. Now it is destroying the Socialist Workers party, which is not only Britain's largest Marxist-Leninist group but the most unscrupulous gang of hypocrites I have ever met.

Por que não houve plena liberdade de discussão?

Em nossa opinião, estes factos são graves e exigem uma reflexão profunda. Uma denúncia de violação dentro das fileiras de um partido que se reivindica revolucionário tem de ser encarada com a maior seriedade por todos os militantes, em especial pela direção. A violação é um tipo de violência contra as mulheres que deixa marcas pelo resto da vida. (...)

Por isso, a denúncia feita pela militante deveria ter sido investigada exaustivamente, e a direção do partido teria que ter sido a maior interessada em encontrar a verdade, para evitar que isso voltasse a acontecer no seio do partido. Deveria ser a primeira a garantir a mais plena liberdade de discussão, incentivando todos os militantes a pronunciarem-se, sobretudo a própria companheira que fez a denúncia, sem nenhum tipo de limitação.

Mas não foi isso que aconteceu. A companheira que fez a denúncia não foi convidada a participar da Conferência, mas o dirigente acusado, sim, fa-

zendo com que o conjunto dos delegados escutasse apenas uma das versões. (...)

A Comissão de Disputas foi questionada pelos delegados por não ter levado em consideração a segunda acusação contra o mesmo dirigente, feita por outra companheira, para rever a sua decisão de absolvê-lo ou, pelo menos, para colocá-la em dúvida. A partir daí, a própria Comissão de Disputas foi questionada e ficou sob suspeita de ter atuado para proteger o dirigente. (...)

A moral revolucionária

(...) Nenhuma organização política está isenta de incorrer em desvios sobre a moral revolucionária. A questão é como esses desvios são tratados no interior da organização. Na LIT-CI também sofremos problemas desse tipo. Inclusive alguns deles foram tão graves que chegaram a ameaçar a existência da própria LIT. Qual foi a atitude que se tomou?

Em primeiro lugar, não esconder os factos, investigá-los até o fim e castigar os envolvidos com a expulsão de nossas fileiras. Inclusive chegámos ao ponto de perder uma secção inteira de nossa Internacional. (...) Assim, a LIT preferiu perder toda uma secção a manter em suas filas um militante que incorreu em graves problemas morais.

A questão da moral revolucionária foi um ponto amplamente discutido entre todos os militantes, e no IX Congresso Mundial da LIT (2008) foi votado um documento, Em defesa da moral revolucionária, que nos serve de parâmetro para a nossa atividade diária, como parte essencial de nossa construção.

Esses factos nos mostram que a questão da moral revolucionária não é apenas mais uma questão, mas a chave para uma organização de esquerda que se constrói para destruir o capitalismo e a sociedade burguesa. (...)

Cecília Toledo

Revolta incendeia o Estado Espanhol

Demissão do governo corrupto de Rajoy e do Partido Popular! Esta exigência percorre a sociedade espanhola depois de o jornal El País ter denunciado os papéis de Bárcenas.

Em catorze folhas quadriculadas que cobrem o período de 1990 a 2008, Bárcenas (o ex-tesoureiro do PP) foi anotando os dados de uma contabilidade paralela do seu partido. Esta fraude fiscal foi desmascarada por um ex-membro do PP que entregou o caderno de Bárcenas ao jornal El País: pagamentos por fora aos mais altos responsáveis do PP, doações de empresários, contas em paraísos fiscais, outras tantas mostras do grau de apodrecimento do partido que governa a Espanha.

Entre os implicados no esquema fraudulento, aparece à cabeça o atual primeiro-ministro Mariano Rajoy com vários pagamentos (incluindo um de 9 100 euros em 2006 e outro de 11 200 euros em 2008 para compra de vestuário). Aparecem ainda o sinistro ex-primeiro-ministro Aznar ou a atual secretária-geral do PP, Dolores de Cospedal (que recebeu 15 000 euros em 2008 quando começou a ocupar o cargo). Pelo caminho, descobriu-se que Bárcenas, que até há poucos meses tinha escritório próprio na sede central do partido, era detentor de uma



conta de 22 milhões de euros na Suíça.

Demissão do governo corrupto

Esta exigência parece percorrer a sociedade espanhola depois de o jornal El País ter denunciado mais este caso de corrupção no PP. Ao contrário do “caso Gurtel”, que apenas implicava no topo a atual ministra da Saúde (Ana Mato era acusada de receber dinheiro para comprar artigos da marca de luxo

Louis Vuiton ou para viajar com os filhos a expensas de uma empresa privada envolvida no pagamento de “luvas” a vários membros do PP), o escândalo dos “papéis de Bárcenas” enreda o próprio primeiro-ministro e quase toda a cúpula do PP.

Sem condições para governar

Embora Mariano Rajoy negue o óbvio, há já quem tenha reconhecido alguns dos pagamentos ile-

gais dentro dessa maçã podre que é o PP e alguns deputados municipais decidiram abandonar o partido. Naquela que é provavelmente a maior mostra de que todo o esquema fraudulento dos “papéis de Bárcenas” não é nenhuma invenção, Esperanza Aguirre (nada menos que a principal dirigente do PP de Madrid e presidente do Governo da Comunidade de Madrid até há poucos meses) veio defender a público a purga do PP e a demis-

são imediata de figuras como a ministra da Saúde.

Numa autêntica briga de comadres, alguns dirigentes do PP ficaram indignados com Esperanza Aguirre, a quem acusam de minar ainda mais a imagem pública do partido num momento de fragilidade e de se estar a postular para preparar a saída do próprio Rajoy... Por sua vez, Rajoy evita a todo o custo mencionar o nome de Bárcenas (o ex-contabilista do PP sabe demasiado e não convém hostilizá-lo) e tornou pública a sua declaração de “Impuesto de Renda” (o IRS em Espanha), o que o afundou ainda mais, pois verificou-se que nem sequer cumpriu com a obrigação de pagar a Segurança Social na íntegra.

Entretanto, a oposição político-parlamentar foi praticamente consensual a pedir a demissão de Rajoy. A Izquierda Unida pediu-a logo desde o início do escândalo e o PSOE demorou ainda alguns dias a fazer o mesmo.

João Lopes

A resposta do povo espanhol

As sondagens indicam que o escândalo acentuou as tendências de desgaste do PP, já bastante enfraquecido pelos efeitos da política de austeridade que resgatou os bancos à custa do aumento do desemprego, do roubo do subsídio de Natal e de outras medidas gravosas para os trabalhadores e o povo, estando agora o partido com apenas cerca de metade dos votos que colheu nas eleições de há um ano atrás (passou de 47% para cerca de 27%).

Os principais beneficiados são a Izquierda Unida, à esquerda (com cerca de 15%, duplica), e a UPD (mais de 10%), no centro-direita, mantendo-se o PSOE em torno de pouco mais de 20% e sem conseguir recuperar dos efeitos desastrosos da política de direita levada a cabo por Zapatero. Como na Grécia, parece que a crise da dívida e a austeridade estão a liquidar o rotativismo ao centro.

Porém, por ser tão ou mais importante do que as sondagens, importa apreciar o plano da resposta



nas ruas. Assim que o escândalo rebentou houve manifestações espontâneas junto às sedes do PP durante os primeiros dias, mas sem alcançar uma dimensão massiva. A mais significativa terá reunido umas cinco mil pessoas perto da Calle Genova, a sede central do PP, na sequência de chamados da Plataforma 15 de Mayo e de partidos de esquerda, como a Corriente

Roja, partido irmão do MAS.

Infelizmente, os principais sindicatos (as CCOO (Comisiones Obreras), afetas maioritariamente à Izquierda Unida, e a UGT afeta aos “socialistas”) não mobilizaram rigorosamente ninguém nestes primeiros dias e não parecem ter intenção de fazê-lo tão depressa, pois as cúpulas dirigentes continuam aferradas à lógica iníqua

da luta sector a sector ou empresa a empresa, por fora de um marco unificador da saída política geral: “Fora o governo corrupto de Rajoy e do PP”.

Entretanto, no dia 16 de fevereiro, a Plataforma dos Afetados pelos Desalojamentos convocou manifestações em mais de cem cidades para protestar contra a expulsão continuada das famílias

endividadas das suas casas (em Espanha, calcula-se que, por cada dia que passa, 500 novas famílias recebem intimações estatais para sair do lar por não pagar as dívidas usurárias aos bancos). O protesto também foi dirigido contra a corrupção do PP, e a maior manifestação de todas (a de Barcelona com mais de 50 mil pessoas) desviou-se do trajeto para terminar junto à sede do PP local.

A grande mobilização de 23 de fevereiro, convocada pela “Maré Ciudadã”, apoiada pela Plataforma dos Afetados pelos Despejos e pela plataforma “Hay que paralles los piés”, reforçou a necessidade da unidade de todas as organizações e movimentos sociais que repudiam a estratégia conciliadora de CCOO e UGT para construir um plano de lutas unitário e que pressione essas duas centrais a somar-se à exigência de expulsão de Rajoy e do PP do governo. **J. L.**